

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

CAMPUS CAPANEMA

CAPANEMA

2023

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
CAMPUS CAPANEMA**

Reitor
Odacir Antonio Zanatta

Direção Geral
Leocadia Candido da Silva

Direção de Planejamento e Administração
Cheila Nunes dos Santos

Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão
Karla Aparecida Lovis

Coordenação de Ensino
Camila Pereira de Cristo

**CAPANEMA - PR
2023**

COMISSÃO

Karla Aparecida Lovis

Eliane de Souza Sabatini

Célia de Souza Osowski

Yannes Romeika de Oliveira Santos

Marinez de Carvalho

Diego Diéferson Apolinário

Gilberto Laske

Jaci Poli

Carlos Alberto Fugita

Raul Osowski

Bibiana Canton

Stela Luciane Stein

Gustavo Gabriel André Petry

Alex Hugo Pilger

Eduardo Klein

Jacson Marcelo Spies Biondo

Elisangela Rudell

Luiz Vicente Hartmann

Camila Pereira de Cristo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	6
CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE	9
1. O INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ – CAMPUS CAPANEMA	10
1.1. Responsabilidade social da instituição	10
1.2. História do Campus e arranjos produtivos.....	11
1.3. Infraestrutura física	14
1.4. Relação dos servidores: docentes e técnico-administrativos	15
1.5. Perfil dos estudantes atendidos e relação comunidade/escola	18
2. PRESSUPOSTOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DO CAMPUS CAPANEMA	23
2.1. Missão, Visão e Finalidades	23
2.2. Princípios da gestão democrática.....	24
2.3. O trabalho coletivo como princípio do processo educativo	25
2.4. Concepção de conhecimento.....	26
2.5. Concepções de ensino	27
2.6. Concepção de aprendizagem	30
2.7. Concepção de planejamento e avaliação	31
2.8. Educação profissional científica e tecnológica	32
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO IFPR – CAMPUS CAPANEMA	34
3.1. Descrição dos setores e órgãos colegiados	34
3.1.1. Direção Geral do Campus	34
3.1.2. Diretoria de Planejamento e Administração - DIPLAD	34
3.1.3. Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão - DIEPEX.....	35
3.1.3.1. Diretrizes gerais da pesquisa, extensão, inovação e pós-graduação.....	35
3.1.3.2. Comitê de Pesquisa e Extensão - COPE	36
3.2. Coordenações.....	36
3.2.1. Coordenadoria de Ensino - COENS.....	36
3.2.2. Coordenação de cursos	36
3.3. Seções e setores	37
3.3.1. Seção de Gestão de Pessoas - SEGEPE	37
3.3.2. Secretaria Acadêmica - SECAC.....	37
3.3.3. Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis - SEPAE	38
3.3.4. Seção de Inovação e Empreendedorismo – SIE.....	38

3.3.5. Seção de Estágios e Relações Comunitárias - SERC	38
3.4. Conselhos, comissões e núcleos	38
3.4.1. Colégio de Dirigentes do Campus – CODIC	38
3.4.2. Colegiado de Gestão Pedagógica – CGPC	39
3.4.3. Colegiados de cursos	39
3.4.4. Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT	39
3.4.5. Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE	39
3.4.6. Núcleo de Arte e Cultura - NAC	40
3.4.7. Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – NEABI	40
4. FORMAS DE INGRESSO E PROGRAMAS INSTITUCIONAIS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	41
5. PROCESSO DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO NO IFPR – CAMPUS CAPANEMA 43	
5.1. Avaliação da aprendizagem: ensino superior e ensino médio	44
5.2. Comissão Própria de Avaliação – CPA	44
5.3. Avaliação do Projeto Político Pedagógico	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	48

APRESENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O coletivo de servidores e a comunidade escolar do Campus Capanema têm como finalidade apresentar o documento norteador do trabalho educativo desempenhado nesta instituição, dessa forma, reitera o compromisso com a oferta de educação de qualidade para todas as pessoas inseridas neste contexto.

Para esclarecer o percurso, importante destacar que a primeira versão do Projeto Político Pedagógico do Campus Capanema é de abril de 2014, a qual foi redigida naquele ano e o processo de reelaboração deste PPP foi retomado no ano de 2019, quando foi instituída a Comissão local para realizar este trabalho.

A primeira Comissão Local instituída pela Portaria nº 46 de 12 de abril de 2019, sendo composta pelos seguintes membros:

Nome	Representação	Situação
Jaci Poli	Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão	PRESIDENTE
Liane Sbardelotto	Pedagoga	MEMBRO
Celia de Souza Osowski	Secção Pedagógica e Assuntos Estudantis	MEMBRO
Silvana Lazzarotto Schmitt	Colegiado da Licenciatura em Matemática	MEMBRO
Gilberto Laske	Colegiado do Técnico em Cooperativismo	MEMBRO
Douglas Meneghatti	Colegiado do técnico em informática	MEMBRO
Eliane May	Colegiado do técnico em Agroecologia	MEMBRO
Raul Osowski	Diretoria de Planejamento e Administração	MEMBRO
Samela Fernanda Silva Nunes	Aluna da Licenciatura em Matemática	MEMBRO
Stela Luciana Stein	Aluna do Técnico em Cooperativismo	MEMBRO
Gustavo Gabriel André Petry	Aluno do Técnico em Informática	MEMBRO
Luana Beatriz Lange	Aluna do Técnico em Agroecologia	MEMBRO
Laise Arruda	Grêmio Estudantil	MEMBRO

Jacson Marcelo Spies Biondo	Pais e Responsáveis	MEMBRO
Elisangela Rudell	Sociedade Civil - Entidade dos Trabalhadores	MEMBRO
Luiz Vicente Hartmann	Sociedade Civil - Entidade Patronais	MEMBRO

Esta primeira comissão iniciou o processo de reelaboração do PPP realizando reuniões para estudos e reflexões. Todavia, com a dinâmica do contexto escolar, houve necessidade de atualizar a Portaria da Comissão (Portaria Nº 52, de 27 de março de 2020) a qual ficou constituída com os seguintes membros:

NOME	REPRESENTAÇÃO	SITUAÇÃO
Karla Aparecida Lovis	Diretora de Ensino, Pesquisa e Extensão	PRESIDENTE
Eliane de Souza Sabatini	Pedagoga	MEMBRO
Célia de Souza Osowski	Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis	MEMBRO
Yannes Romeika de Oliveira Santos	Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis	MEMBRO
Marinez de Carvalho	Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis	MEMBRO
Diego Diéferson Apolinário	Colegiado da Licenciatura em Matemática	MEMBRO
Gilberto Laske	Colegiado do Técnico em Cooperativismo	MEMBRO
Jaci Poli	Colegiado do Técnico em Informática	MEMBRO
Carlos Alberto Fugita	Colegiado do Técnico em Agroecologia	MEMBRO
Raul Osowski	Diretoria de Planejamento e Administração	MEMBRO
Bibiana Canton	Aluna da Licenciatura em Matemática	MEMBRO
Stela Luciane Stein	Aluna do Técnico em Cooperativismo	MEMBRO

Gustavo Gabriel André Petry	Aluno do Técnico em Informática	MEMBRO
Alex Hugo Pilger	Aluno do Técnico em Agroecologia	MEMBRO
Eduardo Klein	Representante do Grêmio Estudantil	MEMBRO
Jacson Marcelo Spies Biondo	Pais e responsáveis	MEMBRO
Elisangela Rudell	Sociedade civil - Entidades dos trabalhadores	MEMBRO
Luiz Vicente Hartmann	Sociedade civil - Entidades patronais	MEMBRO
Camila Pereira de Cristo	Técnica de Assuntos Educacionais	MEMBRO

Desde 2019, a Comissão Local trabalhou na organização do trabalho coletivo para sistematizar este documento. As primeiras reuniões foram de estudos e organização do cronograma de atividades. As leituras e discussões realizadas estão sistematizadas neste documento, de forma breve, as questões estudadas foram as concepções de: Projeto Político Pedagógico; Sociedade; Educação; Educação Profissional e as demais concepções presentes no documento.

Após esta primeira etapa, a Comissão local organizou a primeira Assembleia com a Comunidade Escolar, conforme orientação da Comissão Central de reformulação do PPP, uma vez que esta Comissão orientou o trabalho das comissões locais em quatro etapas: o primeiro passo seria o estudo dos documentos institucionais, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), alguns textos e livros. Após essa leitura, apresentação do que é o PPP e sua importância. O segundo passo foi chamar os alunos e proceder da mesma forma. O terceiro passo: marcar um encontro com todas as pessoas que tenham interesse e disponibilidade para as discussões que devem integrar o PPP do *campus*. Para essa reunião, a comissão utilizou-se das questões que já haviam sido discutidas na Semana Pedagógica de 2019, assim como outras que compreendem como importantes e necessárias. Algumas questões nortearam a discussão: considerando a missão do IFPR, o que queremos concretamente para o nosso *campus*? Quais as escolhas e decisões necessárias para alcançarmos o *campus* que queremos? O que se quer reforçar dentro do *campus*? O que queremos e precisamos mudar no *campus*? Quais são as demandas educativas do *campus*? Com base nas nossas intencionalidades educativas, qual identidade queremos criar para o *campus*?

Assim, com a organização coletiva destas atividades foi possível dar prosseguimento

ao quarto passo: a comissão realizou o trabalho de escrita do documento do PPP.

CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE

O IFPR - Campus Capanema está localizado à Rua Cariris, nº 750, Bairro Santa Bárbara, na cidade de Capanema, Estado do Paraná. CEP: 85760-000. Fone: (46) 3030-1400.

O endereço de e-mail é campus.capanema@ifpr.edu.br.

Home page: <https://ifpr.edu.br/capanema>

Horários de funcionamento do IFPR - Campus Capanema são: 7h30 às 22h30

O horário das aulas:

Manhã: das 7h30min às 11h30min

Tarde: das 13h15min às 17h15min

Noite: das 19h às 22h30min

O Campus Capanema do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) pertence ao Município de Capanema e à Mesorregião Sudoeste Paranaense, localizada na região Sul do Brasil, fazendo fronteira com a Argentina. Importante ressaltar que nesta região, segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento econômico e social - IPARDES (2009), a maior parte da renda está relacionada às atividades fins ou, de forma indireta, ao agronegócio, mais precisamente das agroindústrias e outras atividades oriundas da agricultura familiar.

1. O INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ – CAMPUS CAPANEMA

1.1. Responsabilidade social da instituição

No que tange à descrição da responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico, social e sustentável, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, o projeto político pedagógico do Campus ancora-se nos pressupostos do Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI do IFPR, cuja vigência abrange o período compreendido entre os anos de 2019 e 2023.

Com mais flexibilidade de atuação e com estrutura mais adequada para reforçar e fomentar as políticas sociais, os institutos se constituem modelo inovador, compatibilizado com a realidade nacional que respeita as necessidades e peculiaridades de cada região. Fundamentam suas ações em um Projeto Pedagógico Institucional que coloca a educação como instrumento estratégico para o desenvolvimento sustentável, enfatizando que o desenvolvimento econômico deve servir e garantir o desenvolvimento humano, social, cultural e político, combatendo as desigualdades sociais e regionais, assim como todas as formas de discriminação; defendendo os valores sociais do trabalho e da dignidade humana e contribuindo decisivamente para a construção de uma nova sociedade” (IFPR, PDI – 2019-2023, p. 16).

Considerando o atendimento da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, em especial no que se refere aos “Objetivos dos Institutos Federais”, Art. 7º “Observadas as finalidades e características definidas no Art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os

segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica. (BRASIL, 2008)

No Campus Capanema há a busca pela efetivação destes em especial no que tange a oferta de formação inicial, com a abertura do curso de licenciatura em Matemática, e a formação continuada por meio de cursos na modalidade FIC, de extensão e cursos de especialização.

1.2. História do Campus e arranjos produtivos

O IFPR - Campus Capanema deu início às suas atividades no segundo semestre de 2014, mesmo que provisoriamente e, oficialmente, em janeiro de 2015, por meio da Portaria 27/2015, de 22.01.2015. Desde então, vem se consolidando na oferta de cursos para atender os arranjos produtivos locais. Atualmente oferece os seguintes cursos:

- Técnico Integrado em Agroecologia: curso iniciado no ano de 2018 a partir de amplo debate com as entidades da agricultura familiar e movimentos sociais ligados à agricultura e à agroecologia.

- Técnico Integrado em Cooperativismo: foi o primeiro curso ofertado no Campus, e foi escolhido pela população a partir do debate da implantação do Campus.

- Técnico Integrado em Informática: com a rápida evolução que a informática tem

passado no cenário internacional e nacional e a ampliação do uso de novas tecnologias em vários segmentos, o curso colabora com o arranjo tecnológico da região.

- Curso Superior de Licenciatura em Matemática: é o primeiro curso superior ofertado pelo Campus e foi escolhido pela comunidade local devido à necessidade de formação docente para a área de matemática.

- Também são ofertados cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, de acordo com as demandas locais e regionais, realizados em parcerias e convênios com outras Instituições da região.

Além dos cursos ofertados, destaca-se a atuação na formação continuada das redes municipais de ensino do entorno do Campus. Atualmente já são desenvolvidas atividades nos municípios de Capanema, Planalto e Bela Vista da Caroba e previsão de ampliação para os outros municípios da microrregião.

Em relação à contextualização dos arranjos produtivos da região e do município, podemos enfatizar que a microrregião de Capanema tem uma população estimada de 98.226 habitantes, sua economia é em maior parte baseada nas cadeias produtivas relacionadas às atividades agrícolas, sendo que em 2017 a microrregião apresentava um total de 9.325 estabelecimentos rurais, com Capanema e Planalto perfazendo 40% do total de propriedades levantadas pelo Censo Agropecuário de 2017, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Observa-se ainda que a inovação e a tecnologia possuem um grande papel nesse contexto, pois as grandes e melhores tecnologias ainda são pouco acessíveis aos pequenos produtores ou às pequenas empresas.

Além disso, no Município em que o Campus está instalado, a indústria de transformação é o principal subsetor industrial, tendo em vista sua importante participação na economia local na fabricação de alimentos, sendo este um setor de destaque com participação de 32,95%. Esses dados demonstram a importância do setor primário, vinculado à agricultura e à pecuária. Dessa forma, também destacam a relevância do setor da indústria, vinculado à fabricação de alimentos, indicando que a vocação econômica de Capanema está intimamente ligada aos setores rurais da economia. Entretanto, a construção do processo de desenvolvimento regional não está assentada apenas nas funções e indicativos de caráter econômico, mas se fundamenta de forma necessária e prioritária no processo de formação dos sujeitos, o que permite garantir-lhes acesso à cidadania e aos diversos direitos políticos.

Caracterização dos cursos ofertados pelo Campus:

Caracterização dos cursos ofertados pelo Campus Capanema

Cooperativismo - Integrado - médio /técnico - matutino

Informática - Integrado - médio /técnico - vespertino

Agroecologia - Integrado - médio /técnico - matutino

Matemática - Graduação - Licenciatura - noturno

O Curso Técnico em Informática apresenta o seguinte objetivo geral: Formar profissionais técnicos com habilitação como Técnico em Informática de acordo com as tendências tecnológicas da região e em consonância com as demandas dos setores produtivos, visando atender ao público que busca a formação profissional na respectiva área, bem como contribuir de maneira incisiva na formação cidadã. Então, oferecer formação profissional técnica em Informática Integrada ao Ensino Médio no que tange o conhecimento de instalação e manutenção de computadores, atendimento e suporte ao usuário (Helpdesk), analisar e desenvolver sistemas computacionais para automatizar processos organizacionais, conforme os arranjos produtivos locais da região.

O Curso Técnico em Cooperativismo apresenta o seguinte objetivo geral: Promover um processo formativo que garanta aos educandos uma sólida formação humana, que lhes possibilite uma inserção plena enquanto cidadãos solidários e críticos, uma formação profissional como técnicos em Cooperativismo que os qualifique para atuar em Cooperativas, em empreendimentos econômicos associativos, de caráter solidário, e em outros setores da atividade econômica na área de gestão, a partir de fundamentos da solidariedade e da cooperação, bem como com competências e habilidades para a inserção social intensa e articulada na construção de processos de desenvolvimento regional e local de caráter multidimensional.

O Curso técnico em Agroecologia apresenta como objetivo geral, o que se apresenta: Desenvolver um processo formativo que garanta aos educandos uma sólida formação humana, omnilateral, multidimensional, que lhes possibilite uma inserção plena, enquanto cidadãos solidários e críticos, uma formação profissional como técnicos em Agroecologia, que os qualifique para implantar, manter e operar os mais diversos sistemas de produção agropecuária

buscando garantir o processo de sucessão familiar e fortalecimento organizacional da agricultura familiar e atuação na construção do projeto político da agricultura familiar, orientador do processo de desenvolvimento sustentável e solidário.

O IFPR - Campus Capanema oferta ainda o curso Superior de Licenciatura em Matemática com o objetivo geral de formar professores para atuar na Educação Básica, anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, com sólida formação nas áreas de Matemática e Educação Matemática; capazes de assumir o compromisso de melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem matemática, formando indivíduos para o exercício de sua cidadania e tendo consciência de seu papel na superação dos preconceitos, traduzidos pela angústia, inércia ou rejeição, que muitas vezes ainda estão presentes no ensino-aprendizagem da disciplina.

1.3. Infraestrutura física

O Campus Capanema iniciou sua estruturação física no ano de 2013, com a construção do Bloco 01 e Guarita, sendo estes finalizados em 2015. No ano de 2016 foi construída uma quadra poliesportiva descoberta para complementar suas instalações.

O bloco administrativo conta com 3 salas de aulas, sendo todas equipadas com projetor multimídia e quadro branco ou de giz. Ainda, cada sala de aula disponibiliza 40 kits escolares – mesas e cadeiras. Uma sala multifuncional e 2 laboratórios: informática e hardware e robótica.

No bloco também encontra-se a biblioteca, a recepção e a secretaria acadêmica, SEPAE, NAPNE, sala de atendimento de enfermagem, CELIF, sala de professores e as salas de coordenações de cursos. O espaço também abriga a Direção Geral, a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão e a Direção de Planejamento e Administração, almoxarifado, convivência e área técnica (limpeza).

O Bloco Administrativo, por possuir dois pavimentos, possui além da escadaria uma plataforma elevatória para atendimento a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

O bloco didático conta com 6 salas de aula, sendo todas equipadas com projetor multimídia e quadro branco. Ainda, cada sala de aula disponibiliza 40 kits escolares – mesas e cadeiras. O bloco possui 3 laboratórios, sendo estes de Ciências I (Química e Física), Ciências II (Agroecologia e Biologia) e Artes e Matemática, além do espaço para a implantação de cantina. Todas as salas e laboratórios possuem equipamento de ar condicionado instalados.

Ambos os blocos possuem sanitários femininos e masculinos, sendo que em cada andar

possui um sanitário PNE.

A quadra de esportes que havia sido construída em 2016 descoberta, teve sua cobertura inaugurada em 2022, possui ainda um container para guarda de material de práticas esportivas.

Além da estrutura física, o Campus ainda conta com a estrutura de campo para as práticas relacionadas ao curso de agroecologia e projetos de ensino e extensão, além de um container para guarda de ferramentas e materiais de campo.

A Biblioteca do Instituto Federal do Paraná - Campus Capanema tem por finalidade participar das atividades acadêmicas, nas funções de ensino, pesquisa e extensão sendo apoiadora e promotora do processo de aprendizagem no que se refere ao acesso, uso e produção da informação. O acervo, relativo aos cursos e projetos ofertados no Campus, está concentrado em um único espaço físico, localizado no bloco administrativo. Atualmente o espaço destinado à biblioteca está compartilhado com o Setor de atendimento ao Aluno – SEPAAE, secretaria acadêmica e recepção.

Por ser um dos instrumentos essenciais ao processo de aprendizagem, a Biblioteca busca oferecer vários serviços aos seus usuários e leitores, visando promover o acesso e o uso da informação bem como ser um ambiente que contribua com os princípios institucionais, cuidando também, dentro de seu limite, para a permanência dos estudantes na instituição.

A Biblioteca conta ainda com a Biblioteca Virtual Pearson, que compreende um acervo de aproximadamente 7.246 títulos de e-books em todas as áreas do conhecimento. Também com o Portal de Periódicos da Capes que é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional.

1.4. Relação dos servidores: docentes e técnico-administrativos

Docentes:

<i>NOME</i>	<i>ÁREA DE FORMAÇÃO</i>
Ana Lucia da Silva Lima	Graduação em Biologia com Doutorado em Biologia Vegetal
Amanda Ferreira de Lima	Graduação em Matemática com Doutorado em Matemática

Amanda Queiroz de Carvalho	Graduação em Medicina Veterinária com Doutorado em Ciência Animal
Anderson Ribeiro de Almeida	Graduação em Administração com Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional
Claudia Candido da Silva	Graduação em Letras com Mestrado em Letras – Linguagem e Sociedade
Daniela Silvestrin	Graduação em Artes Visuais com Mestrado em História
Dennison Benetti Rodrigues	Graduação em Geografia com Mestrado em Geografia
Douglas Meneghatti	Graduação em Filosofia com Mestrado em Filosofia
Eliane May de Lima	Graduação em Química com Doutorado em Química
Elize Bertella	Graduação em Educação Física com Mestrado em Desenvolvimento Regional
Fabio Zanella	Graduação em Engenharia Agrônoma com Doutorado em Biologia Vegetal
Gilberto Laske	Graduação em Administração e Ciências Contábeis com Especialização em Auditoria e Regência
Ivanir Gomes da Silva	Graduação em Pedagogia e Mestrado em Educação
Jaci Poli	Graduação em Estudos Sociais com Mestrado em História
Josiane Junia Facundo de Almeida	Graduação em Letras e Pedagogia com Doutorado em Estudos da Linguagem
Juliana Valentini	Graduação em História com Mestrado em História
Karla Aparecida Lovis	Graduação em Matemática com Doutorado em Educação para a Ciência e a Matemática
Leocadia Candido da Silva	Graduação em Administração com

	Especialização em Gestão Pública
Lidiane de Carvalho Alves	Graduação em Letras com Mestrado em Ensino
Luciano Edison da Silva	Graduação em Ciências Sociais com Mestrado em Educação
Marcos Fernando Schmitt	Graduação em Ciências da Computação com Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação
Rogério Pereira dos Santos	Graduação em Sistemas da Informação com Mestrado Computação Aplicada
Samuel Jorge Carvalho Ximenes	Graduação em Física com Mestrado em Ensino de Física
Sara Regina Sampaio de Pontes	Graduação em Biologia com Mestrado em Zoologia
Silvana Lazzarotto Schmitt	Graduação em Pedagogia com Doutorado em Educação

Técnicos administrativos em educação

<i>NOME</i>	<i>ÁREA DE FORMAÇÃO</i>
Alexsandra Aline Potulski	Graduação em Letras com Mestrado em Educação
Antonio Carlos Picinatto	Graduação em Agronomia com Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Camila Pereira de Cristo	Graduação em Pedagogia com Especialização Neuropsicopedagogia
Celia de Souza Osowski	Graduação em Gestão Pública
Cheila Nunes dos Santos	Graduação em Ciências Contábeis e Administração com Mestrado em Ciências Contábeis e Administração
Cleoci Schneider	Graduação em Biblioteconomia e Especialização em Gestão de Bibliotecas Escolares
Cristina Leviski Dutra	Bacharel em Biomedicina e Educação Física
Danieli Regina Piotroski Bressan	Graduação em Tecnologia de Alimentos e

	Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional
Eliane de Souza Sabatini	Graduação em Pedagogia com Mestrado em Educação e Tecnologia
Marinez de Carvalho	Graduação em Serviço Social com Mestrado em Educação
Mauricio Rodolfo Kurz	Graduação em Administração
Raul Osowski	Graduação Gestão Ambiental
Sidinei Dall Alba	Graduação em Ciências Contábeis com Especialização em Gestão Pública

1.5. Perfil dos estudantes atendidos e relação comunidade/escola

Com o intuito de conhecer mais detalhadamente o perfil dos estudantes atendidos pelo IFPR - Campus Capanema, esboçamos a seguir os gráficos e as informações obtidas por meio de aplicação de questionário aos estudantes dos cursos de Ensino Médio integrado ao técnico e aos graduandos do curso superior de Licenciatura em matemática no ano de 2022.

O total de participantes da pesquisa foi de 121 (cento e vinte e um) estudantes, do total de 285 (duzentos e oitenta e cinco) alunos matriculados, o que demonstra um quantitativo significativo de respondentes. Nesse sentido, os dados apresentados são oriundos da amostra em questão.

No tocante à identidade de gênero dos estudantes do IFPR - Campus Capanema, observamos que 63,6% afirmaram identificar-se como pertencendo ao gênero feminino, 36,4% ao gênero masculino. No quesito idade, a faixa etária da maioria dos estudantes partícipes da pesquisa está entre 15 e 18 anos, o que caracteriza um público majoritariamente jovem-adolescente. Nesse sentido, nos remete a Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013, a qual institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Pode-se citar alguns de seus artigos:

Art. 7º O jovem tem direito à educação de qualidade, com a garantia de educação básica, obrigatória e gratuita, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade

adequada.

Art. 8º O jovem tem direito à educação superior, em instituições públicas ou privadas, com variados graus de abrangência do saber ou especialização do conhecimento, observadas as regras de acesso de cada instituição.

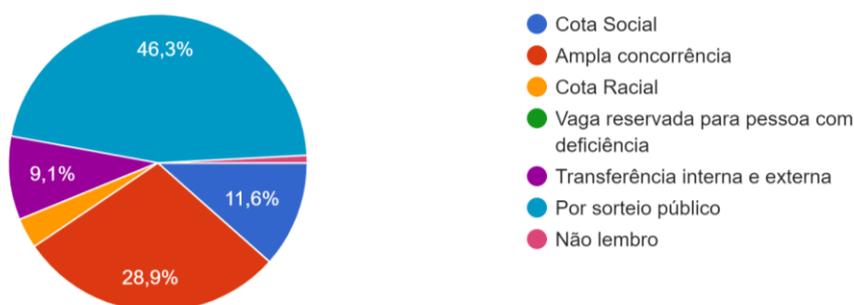
Art. 9º O jovem tem direito à educação profissional e tecnológica, articulada com os diferentes níveis e modalidades de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, observada a legislação vigente.

Art. 10. É dever do Estado assegurar ao jovem com deficiência o atendimento educacional especializado gratuito, preferencialmente, na rede regular de ensino.

Em relação ao ingresso dos estudantes, o IFPR - Campus Capanema, reitera o fortalecimento de políticas para o ingresso, a permanência e o êxito dos estudantes, concepção que reforça a necessidade de refletirmos permanentemente sobre formas de incluir a todos na escola.

Nesse sentido, a perspectiva esboçada acima corrobora com as políticas de acesso e inclusão social, bem como cotas sociais e raciais, proporcionada pelo IFPR, em atendimento às demandas da sociedade, conforme previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI.

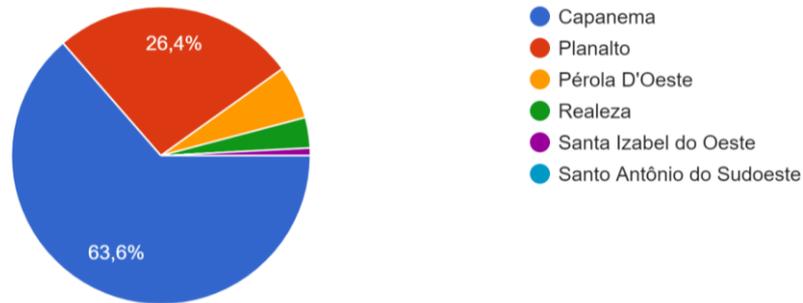
Gráfico 1 – Forma de ingresso no IFPR



Fonte: Levantamento socioeconômico IFPR – Campus Capanema (2022)

No que se refere ao local de moradia dos estudantes, observamos nos gráficos abaixo que o público atendido pelo Campus habita majoritariamente a cidade de Capanema, em área urbana, contudo é possível constatar que discentes de outras cidades adjacentes se deslocam para o Campus. Estes fatos apresentam relação com os dados apresentados no gráfico relativo ao uso de transporte público e a sua importância para a locomoção, ingresso e permanência dos estudantes.

Gráfico 2 – Local de residência



Fonte: Levantamento socioeconômico IFPR – Campus Capanema (2022)

Já o índice de 92,5% para o questionamento relativo à escolarização anterior aponta para a conclusão dos estudos em escola pública de quase a totalidade dos respondentes, dado que mais uma vez traz à baila a reflexão sobre a manutenção das políticas e das condições de acesso aos discentes provenientes da educação pública.

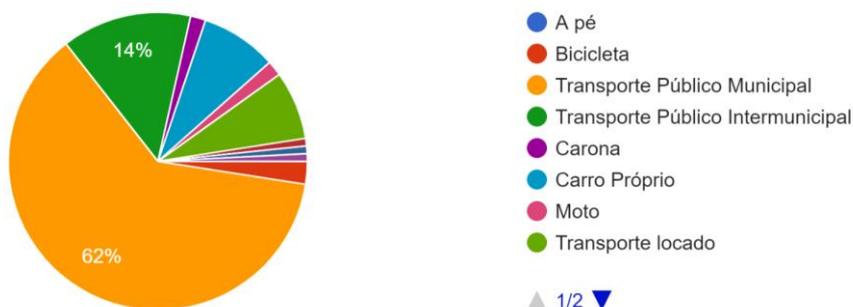
Gráfico 3 – Realização dos estudos anteriores



Fonte: Levantamento socioeconômico IFPR – Campus Capanema (2022)

Quanto ao meio que os estudantes utilizam para se deslocar até o Campus, obtivemos o seguinte resultado:

Gráfico 4 – Meio de transporte que utiliza para deslocamento até o IFPR



Fonte: Levantamento socioeconômico IFPR – Campus Capanema (2022)

Quanto ao questionamento sobre a participação na vida econômica da família, notamos que a maioria dos respondentes da pesquisa afirmaram não trabalhar (57,9%), contudo um dado relevante é a somatória entre os dois principais percentuais dos estudantes que trabalham (29,7%), dado que aponta para uma diminuição no tempo de dedicação aos estudos, considerando que grande parte dos discentes do Campus pertencem ao Ensino Médio Integrado ao Técnico.

Gráfico 5 – Participação na vida econômica do grupo familiar

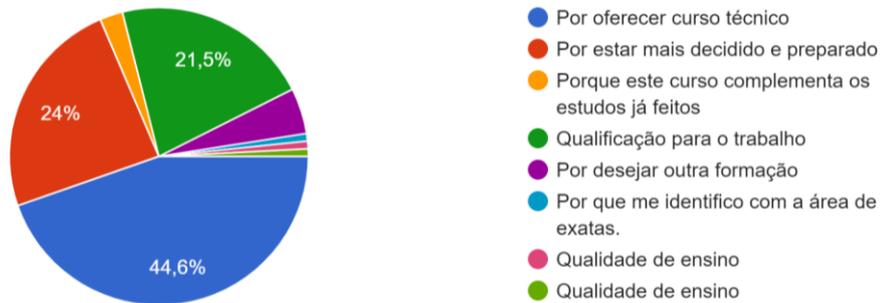


Fonte: Levantamento socioeconômico IFPR – Campus Capanema (2022)

No que concerne aos indicadores apresentados nos gráficos relativos à razão para estudar no IFPR e o motivo da escolha do curso, é importante salientar que os dados atinentes ao mundo do trabalho, suas possibilidades e a qualificação para o trabalho nos trazem a percepção dos objetivos de formação dos discentes, bem como da perspectiva sobre as possíveis contribuições para a vida profissional dos estudantes. Ademais, a oferta de curso técnico parece ser característica importante quando consideramos a decisão por ingressar no IFPR, fato que corrobora uma vez mais com o mundo do trabalho.

Quando questionados sobre a razão pela qual escolheram estudar no IFPR, obtivemos:

Gráfico 6 – Principal razão para estudar no IFPR



Fonte: Levantamento socioeconômico IFPR – Campus Capanema (2022)

E com relação ao curso escolhido, os estudantes responderam:

Gráfico 7 – Motivo para ter escolhido o curso



Fonte: Levantamento socioeconômico IFPR – Campus Capanema (2022)

Diante dos dados apresentados, é possível observar que a maioria dos estudantes preocupa-se com o mercado de trabalho e tem como anseio uma formação de qualidade.

2. PRESSUPOSTOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DO CAMPUS CAPANEMA

2.1. Missão, Visão e Finalidades

A Missão do IFPR é promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública, gratuita e de excelência, por meio do ensino, pesquisa e extensão, visando à formação integral de cidadãos críticos, empreendedores, comprometidos com a sustentabilidade e com o desenvolvimento local e regional.

A instituição tem como Visão tornar-se uma instituição de referência e educação profissional, científica e tecnológica no Brasil comprometida com o desenvolvimento social.

No que diz respeito aos Valores, o IFPR destaca apresenta: Sustentabilidade, Educação de Qualidade e Excelência, Ética, Inclusão Social, Inovação, Empreendedorismo, Respeito às Características Regionais, Visão Sistêmica, Democracia, Transparência, Efetividade, Qualidade de Vida, Diversidade Humana e Cultural e Valorização das Pessoas.

Ainda, de acordo com a Lei de criação (Lei nº 11.892/08) e com seu Estatuto, o IFPR tem as seguintes finalidades e características:

- I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II – desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III – promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV – orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V – constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI – qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII – desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII – realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX – promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Considerando a visão, missão e finalidades desta instituição, este documento também é sistematizado com base nos **princípios norteadores** defendidos por Ilma Passos Veiga, quais sejam: **a) Igualdade** de condições para acesso e permanência na escola. **b) Qualidade** que não pode ser privilégio de minorias econômicas e sociais. O desafio que se coloca ao projeto político-pedagógico da escola é o de propiciar uma *qualidade para todos*. **c) Gestão democrática** é um princípio consagrado pela Constituição vigente e abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira. Ela exige uma ruptura histórica na prática administrativa da escola, no sentido de efetivar trabalho coletivo que atenda interesses coletivos. **d) A autonomia** e a **liberdade** fazem parte da própria natureza do ato pedagógico. O significado de autonomia remete-nos para regras e orientações criadas pelos próprios sujeitos da ação educativa, sem imposições externas. **Valorização do magistério** é um princípio central na discussão do projeto político-pedagógico (VEIGA, 1998).

2.2. Princípios da gestão democrática

Considera-se como Princípios orientadores da prática pedagógica a Diversidades; Ética, Cidadania e Inclusão Social; Educação Ambiental; Direitos Humanos; Relações Étnico-raciais; Relações de gênero; Educação Inclusiva; Memória, patrimônio artístico e cultural. Nesta direção, a Gestão Democrática deve pautar-se na defesa destes princípios.

Sendo uma instituição de ensino temos como objetivo principal a transmissão do conhecimento historicamente acumulado pelo homem para instrumentalizar o sujeito no sentido de compreender e intervir em sua realidade social.

Desde então, o coletivo da instituição tem a pretensão de realizar um trabalho pedagógico que propicie, considerando os limites e as possibilidades da escola pública, a formação integral do educando.

As ações para realização desse objetivo estão sistematizadas no texto do Projeto Político Pedagógico da instituição, documento que norteou a organização deste Plano de Ação. Em nosso estabelecimento o trabalho é realizado tendo sempre o compromisso com a formação humana e o acesso à cultura geral, de modo que os educandos venham a participar política e produtivamente das relações sociais, com comportamento ético e compromisso político, por meio do desenvolvimento da autonomia intelectual e moral.

Salientamos que nosso Projeto Político Pedagógico almeja fornecer subsídios para a realização na escola de uma educação que forneça igualdade de condições de aprendizado a todos os alunos ingressos nela, independente da desigualdade social a que estejam submetidos na sociedade capitalista, buscando inclusive a diminuição dos índices de evasão e repetência que só excluem estes alunos.

Também pretende lançar propostas para uma educação de qualidade, ou seja, que desenvolva nos educandos as capacidades necessárias para que estes tenham conhecimento suficiente para compreender e agir na redução das relações de exploração e desigualdades econômicas presentes em nossa sociedade, não sendo assim, meros reprodutores, mas transformadores da realidade a qual estão inseridos, podendo avançar na construção de sua história enquanto sujeitos.

Nesta direção, explicitamos as concepções defendidas por este coletivo no que diz respeito a: Sociedade, ser humano, educação, escola, ciência, cultura, trabalho, Gestão Escolar, processo ensino-aprendizagem, currículo e avaliação e ainda a articulação necessária entre Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação.

2.3. O trabalho coletivo como princípio do processo educativo

Ancorados pela concepção de educação sistematizada no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IFPR, que estabelece a defesa da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), o PPP do Campus Capanema, será elaborado nesta perspectiva educacional, sendo que todos os elementos que o constituem estão ancorados nos pressupostos teóricos e práticos da PHC.

Retoma-se para tanto a definição de trabalho educativo de Dermeval Saviani:

O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. **Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo** (SAVIANI, 2011 p. 13, grifos nossos).

As reflexões acima são de fundamental importância para oferta de educação de qualidade, bem como, para efetivação da PHC como concepção de educação tal qual preconiza o PDI e o PPI do IFPR. As reflexões sistematizadas pelo fundador da PHC são consideradas a

gênese desta teoria educacional, que a define, bem como define como realizar o trabalho educativo nos espaços escolares, uma vez que o trabalho educativo alcança sua finalidade quando cada indivíduo singular apropria-se da humanidade produzida histórica e coletivamente, ou seja, quando apropria-se da cultura humana.

2.4. Concepção de conhecimento

Na aceção de Marx o conhecimento resulta de construção efetuada pelo pensamento e suas operações; e consiste numa “representação” mental do concreto (isto é, da parcela de Realidade exterior ao pensamento conhecedor, e por ele considerada), representação está “elaborada a partir da percepção e intuição”.

Outro autor que discorre sobre a necessidade da discussão das relações entre conhecimento e educação é Antônio Joaquim Severino. Tal relação pressupõe a discussão sobre o lugar do conhecimento na existência humana. Sendo que o sentido substantivo do conhecimento é aquele de intencionalizar a prática mediadora da existência humana. Portanto: “o conhecimento é a única ferramenta de que a espécie dispõe para essa intencionalização, ou seja, para dar sentido orientador para sua existência histórica real” (SEVERINO, s/d, p. 5).

Ao longo do processo de desenvolvimento humano, o conhecimento passa por avanços. Desde a Grécia antiga, a necessidade de desenvolver formas mais precisas de obter respostas para os problemas da humanidade. Todavia, o conhecimento mitológico/religioso, até então propiciava as respostas para os questionamentos colocados pelos homens. Sendo que “A *episteme* (ou ciência) surge de um contexto de grandes mudanças econômicas, sociais e políticas” (GAMBOA, 2013, p. 41).

Dessa forma, à medida que os mitos e as religiões foram esgotando-se na sua capacidade de oferecer respostas para as necessidades humanas, surgem outras formas, resultado da dúvida.

No processo de desenvolvimento da humanidade, é possível identificar quatro formas de compreender a realidade: o conhecimento filosófico; conhecimento teológico/religioso; conhecimento do senso comum e o conhecimento científico.

Sendo o IFPR uma instituição de ensino, destaca-se que o conhecimento socializado neste espaço é o conhecimento científico. Todavia, é pertinente recorrer a uma definição simples das quatro formas de conhecer a realidade. O conhecimento mitológico/religioso é

aquele apoia-se em doutrinas, baseado na fé dos sujeitos e pressupõe verdades infalíveis e indiscutíveis. O conhecimento filosófico é aquele que se utiliza da razão para explicar os fenômenos, tendo como ponto de partida hipótese. O conhecimento do senso comum é o conhecimento adquirido através de ações não planejadas, no dia a dia, que se obtém pela experiência cotidiana. Não há a intenção e a preocupação de atingir o que o objeto contém além das aparências.

O conhecimento científico pressupõe a determinação de um **objeto específico de investigação** e a explicitação de um **método** para essa investigação. É rigoroso, metódico e pressupõe resultados falíveis, ou seja, está em constante transformação.

Reitera-se que o conhecimento a ser socializado pelas instituições de educação, é o conhecimento científico. Todavia, faz-se necessário considerar as demais formas de compreender a realidade, com vistas a atingir tal socialização.

2.5. Concepções de ensino

Pensar a educação escolar, pressupõe a compreensão do processo de transmissão e assimilação do conhecimento historicamente acumulado. Reiteramos as considerações de Dermeval Saviani sobre o trabalho educativo já mencionado neste PPP, sendo que para efetivar o processo didático na perspectiva da PHC faz-se necessário retomar como ocorre esse processo. Nesta direção, os aspectos centrais do método didático da PHC, o qual deve ser compreendido como um processo, sendo que Dermeval Saviani, de forma didática, organiza em cinco momentos, os quais fazem parte de um mesmo processo, portanto não podem ser considerados como passos fragmentados.

Em lugar de passos que se ordenam numa sequência cronológica, é mais apropriado falar aí em momentos articulados num mesmo movimento, único e orgânico. O peso e a duração de cada momento obviamente irão variar de acordo com as situações específicas em que se desenvolve a prática pedagógica. Assim, nos inícios da escolarização a problematização é diretamente dependente da instrumentalização, uma vez que a própria capacidade de problematizar depende da posse de certos instrumentos” (SAVIANI, 2008 p. 74-75).

Temos como momentos do processo didático na PHC a prática social, que é o ponto de partida e o ponto de chegada (concreto pensado). No início do processo, professor e alunos

são tomados como agentes sociais com níveis diferenciados de compreensão da prática social, quando o professor possui uma síntese precária e o aluno uma visão sincrética.

A problematização diz respeito ao processo de reflexão do professor sobre quais conhecimentos são importantes para serem transmitidos aos alunos para que os mesmos possam viver na sociedade de forma livre. Ou seja, “trata-se da apropriação pelas camadas populares das ferramentas culturais necessárias à luta social que travam diuturnamente para se libertar das condições de exploração em que vivem” (SAVIANI, 2008, p. 71).

Segue-se para o momento denominado por instrumentalização, para elucidar o conceito de instrumentalização, nos utilizaremos de uma provocação realizada pelo fundador da PHC quando da escrita do livro *Escola e Democracia*, a qual diz respeito a possível fala de um pai da classe trabalhadora, reconhecendo a importância da educação escolar para seus filhos, declararia: “[...] se o meu filho não quer aprender, vocês têm que fazer com que ele queira” (SAVIANI, 2008, p. 49). Dermeval Saviani esclarece ainda que:

E o papel do professor **é o de garantir que o conhecimento seja adquirido**, às vezes mesmo contra a vontade imediata da criança, que espontaneamente não tem condições de enveredar para a realização dos esforços necessários à aquisição dos conteúdos mais ricos e **sem os quais ela não terá vez, não terá chance de participar da sociedade**. (SAVIANI, 2008, p. 49, grifos nossos).

Temos o momento da catarse, que Dermeval Saviani reitera que ela está ancorada na acepção gramsciana de “elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens” (GRAMSCI, 1978, p. 53). Ou seja, é a “efetiva incorporação dos instrumentos culturais, transformados agora em elementos ativos de transformação social” (SAVIANI, 2008, p. 72).

A prática social (final) caracteriza-se como o concreto pensado (por meio da abstração). E não deixa de ser novamente a prática social inicial, uma vez que é preciso dosar a transmissão do conhecimento, que pressupõe pré-requisitos.

Reiterar que a finalidade da PHC está direcionada para a preocupação com os filhos da classe trabalhadora que não têm acesso ao conhecimento elaborado/clássico. Os filhos da classe dominante já possuem este acesso e inclusive utilizam este conhecimento para perpetuar os interesses da sua classe. Cuidado com o ensino baseado na fantasia/mística – é um equívoco.

O processo educativo é a passagem da desigualdade à igualdade. Por isso a questão da Democracia, ou seja, da igualdade no ponto de partida precisa ser compreendida por meio das condições objetivas dos agentes sociais envolvidos no processo, sendo coerente considerar o

fato de que se há igualdade desde o ponto de partida, a escolarização, a aula não se justifica. Assim, a defesa da Liberdade deve vir acompanhada da efetividade do ensino e da aprendizagem dos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos, uma vez que não podemos nos libertar sem conhecer.

Para a PHC, as contribuições dos professores estão pautadas no momento da instrumentalização, isto é, nas ferramentas de caráter histórico, matemático, científico, literário etc.

Será mais eficaz quanto mais o professor for capaz de compreender **os vínculos da sua prática com a prática social global**. Assim, a instrumentalização desenvolver-se-á como decorrência da problematização da prática social, atingindo o momento catártico que concorrerá na especificidade da matemática, da literatura, etc. para alterar qualitativamente a prática de seus alunos como agentes sociais (SAVIANI, 2008, p. 80).

Dadas as considerações centrais sobre o método didático da PHC, enfatizamos as especificidades no que tange ao desenvolvimento do psiquismo humano, com vistas a fundamentar a prática docente na direção da humanização.

De forma sintética, os psicólogos russos, organizam em estágios o desenvolvimento humano, sendo que no caso da educação infantil, o trabalho educativo centra-se no estágio denominado de primeira infância e infância ou pré-escolar. Nesses estágios as crianças desenvolvem-se por meio dos avanços em suas atividades-guia. Todavia, destacamos que:

[...] embora os estágios do desenvolvimento também se desdobrem ao longo do tempo de uma certa forma, seus limites de idade, todavia, dependem de seu conteúdo e este, por sua vez, é governado pelas condições históricas concretas nas quais está ocorrendo o desenvolvimento da criança. Assim, não é a idade da criança enquanto tal, que determina o conteúdo de estágio do desenvolvimento; os próprios limites de idade de um estágio, pelo contrário, dependem de seu conteúdo, e se alteram *pari passu* com a mudança nas condições histórico sociais (LEONTIEV, 2001, p. 65-66 *apud* MARTINS; ARCE, 2013, p. 49).

Dessa forma, reiteramos que o processo de desenvolvimento psiquismo não é dado de forma natural, como preconiza as bases teóricas e práticas do construtivismo, e sim produzido. Sendo que a educação escolar possui uma função essencial no processo de humanização, direcionando inclusive a qualidade deste.

Desde os primeiros anos da escolarização, o trabalho educativo precisa voltar-se para a compreensão da realidade, pelos alunos, enquanto resultado do trabalho humano historicamente organizado. Portanto, as condições sociais em que o aluno encontra-se inserido

não é dada naturalmente, uma vez que a liberdade é, portanto, um processo social no qual se unem objetividade e subjetividade. Os seres humanos não se tornam livres pela negação da objetividade da natureza, mas por seu conhecimento e seu domínio. Para dominar a realidade o ser humano precisa dominar sua atividade, que deve ser uma atividade consciente (DUARTE, 2016, p. 122).

Nesta direção, remete-nos as reflexões de José Carlos Libâneo sobre o processo de ensino aprendizagem, ou seja, sobre as formas mais adequadas para a transmissão do conhecimento, o processo de ensino. Libâneo define processo de ensino como uma sequência de atividades do professor e dos alunos, tendo em vista a assimilação de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades, por meio dos quais os alunos aprimoram capacidades cognitivas (pensamento independente, observação, análise-síntese e outras) (2009, p. 56).

Ainda nas palavras de Libâneo:

Quando mencionamos que a finalidade do processo de ensino é proporcionar aos alunos os meios para que assimilem ativamente os conhecimentos é porque a natureza do trabalho docente é a mediação da relação cognoscitiva entre o aluno e as matérias de ensino. Isto quer dizer que o ensino não é só transmissão de informações mas também o meio de organizar as atividades de estudo dos alunos. O ensino somente é bem sucedido quando os objetivos do professor coincidem com os objetivos de estudo do aluno e é praticado tendo em vista o desenvolvimento de suas forças intelectuais. (2009, p. 56 Grifos do autor).

Com base na teoria histórico cultural, especificamente nos estudos realizados por Davidov, que organiza a teoria do ensino desenvolvimental, o bom ensino é aquele que impulsiona e amplia o desenvolvimento das capacidades cognitivas do sujeito a partir da formação de conceitos.

2.6. Concepção de aprendizagem

Como já delineado nas reflexões anteriores, a concepção de aprendizagem deste coletivo está pautada na Teoria Histórico Cultural, a qual tem como um de seus precursores Davydov, o qual destaca que o conteúdo da atividade de aprendizagem é o conhecimento teórico-científico e as capacidades intelectuais associadas a um determinado conteúdo. Por meio das ações mentais que se formam no estudo dos conteúdos, a partir do conceito teórico

geral desse conteúdo, os indivíduos vão desenvolvendo competências e habilidades de aprender por si mesmos, ou seja, **a pensar**.

A culminância esperada, do ponto de vista da aprendizagem, é que ao aprender o aluno se apropria do processo histórico real da gênese e desenvolvimento do conteúdo e, assim, internaliza métodos e estratégias cognitivas gerais da ciência ensinada, formando conceitos, tendo em vista analisar e resolver problemas e situações concretas da vida prática.

A atividade de aprendizagem, pela qual são internalizados os conhecimentos e os modos apropriados de adquiri-los, constitui-se no meio cognitivo indispensável para a realização de outras atividades (a comunicação, o jogo, o trabalho, o esporte, a arte, etc.).

Neste sentido, pensar a prática docente no IFPR pressupõe a compreensão do fazer pedagógico no sentido de que é necessário ao docente, além dos conhecimentos específicos da sua disciplina, o conhecimento pedagógico de como ocorre a apropriação do conhecimento pelos sujeitos, no caso os alunos.

Dessa forma, o conhecimento que é produzido coletiva e historicamente pelos homens, para ser socializado, pressupõe formas adequadas, as quais fazem parte do processo de ensino aprendizagem, no qual professor e alunos são sujeitos.

2.7. Concepção de planejamento e avaliação

No campo educacional, consideramos que o planejamento é um processo que será vivenciado pelo educador em relação às intenções que tem para com os alunos-educandos. Por isso, é um processo de análise crítica que o educador faz de suas ações e intenções, em que ele procura ampliar a sua consciência em relação aos problemas do seu cotidiano pedagógico, à origem deles, à conjuntura na qual aparecem e quais as formas para a sua superação.

Nesta direção, recorre-se aos estudos de Cipriano Luckesi, no que diz respeito à necessária articulação entre avaliar e planejar. Uma vez que o planejamento é uma "atividade-meio", que subsidia o ser humano no encaminhamento de suas ações e na obtenção de resultados desejados, e, portanto, orientada por um fim. "O ato de planejar se assenta em opções filosófico-políticas; são elas que estabelecem os fins de uma determinada ação. E esses fins podem ocupar um lugar tanto no nível macro como no nível micro da sociedade. Situe-se onde se situar, ele é um ato axiologicamente comprometido" LUCKESI, 2002, p. 119). No que tange a avaliação:

Atravessa o ato de planejar e de executar; por isso contribui em todo o percurso da ação planejada. A avaliação se faz presente não só na identificação da perspectiva político-social, como também na seleção de meios alternativos e na execução do projeto, tendo em vista a sua construção. Ou seja, a avaliação, como crítica de percurso, é uma ferramenta necessária ao ser humano no processo de construção dos resultados que planejou produzir, assim como o é no redimensionamento da direção da ação. A avaliação é uma ferramenta da qual o ser humano não se livra. Ela faz parte de seu modo de agir e, por isso, é necessário que seja usada da melhor forma possível. (LUCKESI, 2002, p. 119).

Portanto, planejar e avaliar são elementos do processo pedagógico que preconizam a articulação, ou seja, “Enquanto o planejamento é o ato pelo qual decidimos o que construir, a avaliação é o ato crítico que nos subsidia na verificação de como estamos construindo o nosso projeto” (LUCKESI, 2002, p. 119).

O trabalho docente pressupõe uma finalidade, um objetivo, o qual pressupõe uma tomada de posição, que no âmbito da PHC está pautado para socialização do saber sistematizado para a classe trabalhadora.

[...] é necessário que todos os envolvidos num projeto estejam com "a mesma camisa", como se diz. Estar com a mesma camisa não significa ser "vaca de presépio", que bate a cabeça dizendo "sim" a tudo; significa, sim, estar envolvido na construção de um projeto comum e, para isso, contribuir, analisando, observando pontos de estrangulamento, sugerindo, se comprometendo. O diretor, como líder de um processo, deverá trabalhar para coordenar essa dinâmica de construção da crítica. (LUCKESI, 2002, p. 119).

2.8. Educação profissional científica e tecnológica

Refletir sobre a concepção de educação profissional requer a clareza de que é necessário garantir formação integral aos sujeitos, ou seja, é necessário romper com a fragmentação do processo de compreensão da realidade. Nesta direção, Gaudêncio Frigotto destaca:

No plano da organização do processo pedagógico, o resultado dessa concepção fragmentária e positivista da realidade, vai se expressar de um lado na interminável lista de disciplinas e de outro na divisão arbitrária entre disciplinas de conteúdo geral, humano e disciplinas de conteúdo específico e técnico. Caminha-se aqui na direção oposta ao que nos indica o processo científico [...]. Os conhecimentos de maior universalidade são exatamente aqueles que tem maior nível de abstração. Isto significa dizer aqueles conhecimentos que em sua unidade engendram diversidade. (FRIGOTTO, 2008, p. 50-60).

Desde a criação dos Institutos Federais, a proposta educacional está pautada na formação politécnica, ou, a grosso modo, o que comumente é denominado de formação integral. No que tange a função dos Institutos Federais na sociedade, Eliezer Pacheco destaca:

A Rede Federal, por sua excelência e seus vínculos com a sociedade produtiva, tem condições de protagonizar um projeto político-pedagógico inovador, progressista e que busque a construção de novos sujeitos históricos, aptos a se inserir no mundo do trabalho, compreendendo-o e transformando-o na direção de um novo mundo possível, capazes de superar a barbárie neoliberal e restabelecer o ideal da modernidade de liberdade, igualdade e fraternidade, sob a ótica das novas possibilidades abertas à humanidade neste princípio de século (PACHECO, 2015, p. 12).

Nesta direção, a oferta de Educação Tecnológica e Profissional, comumente denominada de EPT, pressupõe clareza dos elementos que devem permear a organização do trabalho pedagógico, assim:

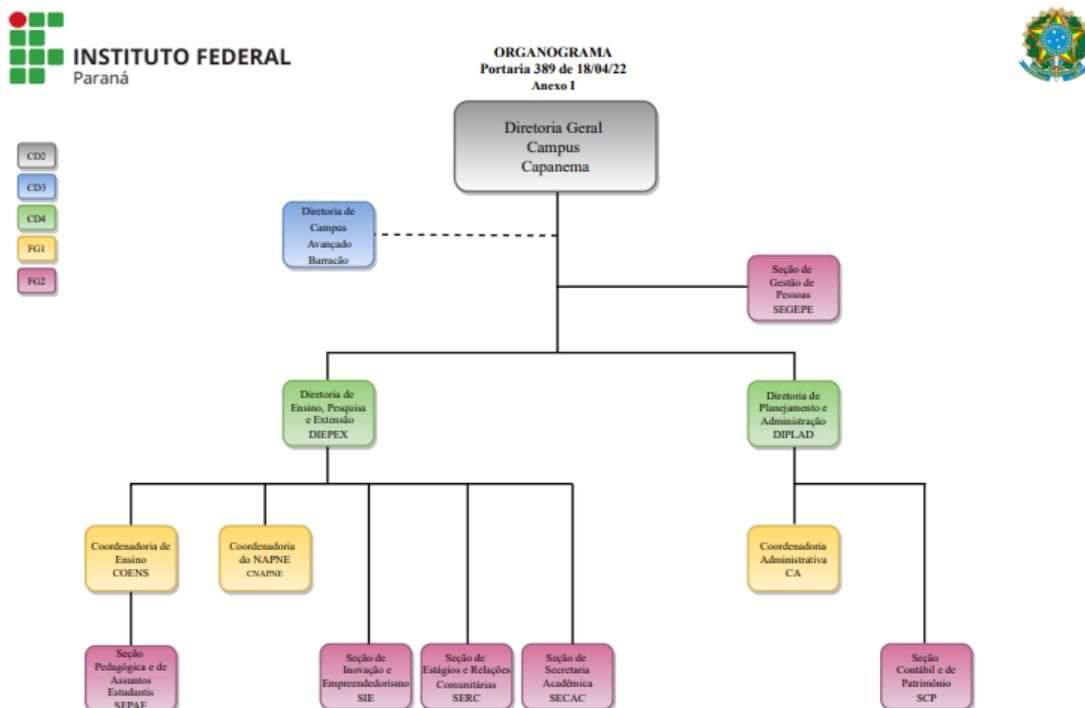
O que se propõe é uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, de princípios e de valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos. Assim, derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos Federais. Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior nele. (PACHECO, 2015, p.14)

Importante destacar que o trabalho docente ao compreender que a ciência é para todos, precisa estar voltado para a busca do entendimento de que o processo de produção do conhecimento que caracteriza a ciência e a tecnologia constitui uma atividade humana, sócio-historicamente determinada, submetida a pressões internas e externas, com consequentes reflexos socioambientais.

Outra questão relevante no âmbito do trabalho pedagógico a ser desenvolvido nos IFs, diz respeito à integração do currículo, dito de outra forma, é necessário organizar trabalho coletivo rompendo com a fragmentação mencionada no início deste tópico, no que tange à formação profissional e à formação geral, ou seja, é necessário articular os conhecimentos nestas duas dimensões.

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO IFPR – CAMPUS CAPANEMA

3.1. Descrição dos setores e órgãos colegiados



3.1.1. Direção Geral do Campus

A Diretoria-Geral do Campus é o órgão executivo responsável pela gestão do Campus quanto aos aspectos técnico-pedagógico, administrativo, orçamentário, patrimonial, disciplinar e de gestão de pessoas, bem como de articulação com a comunidade escolar e do entorno, com as empresas e com os poderes públicos locais.

3.1.2. Diretoria de Planejamento e Administração - DIPLAD

A Direção de Planejamento e Administração do Campus é responsável pela coordenação, orientação e execução das atividades relacionadas ao planejamento, compras, contratos, logística, patrimônio, manutenção, contabilidade, orçamento e finanças do Campus,

de acordo com as diretrizes do IFPR, estabelecidas pelas Pró-Reitorias.

Conta com a Coordenação Administrativa que auxilia nas atividades de suporte à DIPLAD, atuando na organização e execução dos processos referentes aos contratos de bens e serviços necessários ao funcionamento do Campus. Há ainda a Seção Contábil e de Patrimônio, que realiza as atividades inerentes ao controle patrimonial e de almoxarifado do campus.

As atividades inerentes a coordenar, executar e fiscalizar os processos de natureza orçamentária, financeira e contábil são executadas pela Diretoria de Planejamento e Administração na gestão administrativa do Campus, com apoio do contador.

3.1.3. Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão - DIEPEX

A Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão é responsável pelo planejamento, desenvolvimento, controle e avaliação na execução das políticas de ensino homologadas pelo CODIC, CONSAP, e CONSUP em consonância com as diretrizes emanadas pelo Instituto Federal do Paraná e do Ministério da Ciência Tecnológica.

3.1.3.1. Diretrizes gerais da pesquisa, extensão, inovação e pós-graduação

A partir das reflexões de Antônio Joaquim Severino, discorreremos sobre a indissociabilidade no espaço da universidade, entre ensino, pesquisa e extensão. Por considerar o espaço de formação do IFPR, como espaço que pressupõe também tal indissociabilidade, é possível recorrer às considerações do referido autor, como pressuposto para o trabalho realizado no IFPR. Severino destaca:

Uma universidade que se comprometa com a produção do conhecimento através da prática da pesquisa, poderá desenvolver, com êxito, sua tarefa pedagógica de ensino e sua tarefa social de extensão, tornando-se centro energético de transformação da sociedade, contribuindo para a construção da democracia, e da instauração de uma nova consciência social, contribuindo para a construção da cidadania (SEVERINO, s/d, p. 01).

Nesta direção, é mister retomar a concepção de formação do IFPR, no sentido de "propiciar" a formação integral do sujeito, inclusive por meio da formação para o trabalho. Esse pressuposto corrobora de forma explícita com as reflexões em torno da indissociabilidade

supramencionada. Reitera-se a necessidade desta instituição de ensino não manter o foco apenas no ensino, mas fomentar pesquisas que contribuam com o contexto social local e geral.

O IFPR - Campus Capanema desenvolve projetos de pesquisa e extensão cujo objetivo é atender as demandas regionais. O campus estimula a elaboração de projetos por meio da realização de convênios com instituições e empresas da área. Incentivar servidores a dar permanente atenção à publicação de editais de instituições que incentivem processos de inovação tecnológica nas diversas áreas de atuação. Por meio da participação em editais, estimula a ampliação do número de bolsas para discentes com atuação na área da inovação tecnológica.

Como metas para os cursos de pós-graduação, temos a implementação de cursos de pós-graduações ao nível de especialização nas áreas de formação dos cursos técnicos de nível médio e dos cursos de nível superior desenvolvidos pelo Campus.

3.1.3.2. Comitê de Pesquisa e Extensão - COPE

O Comitê de Pesquisa e Extensão – Cope – é o órgão de assessoramento da Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus para formular, subsidiar e acompanhar a execução da política de pesquisa e extensão no âmbito institucional. O Cope reger-se-á pelas disposições do Estatuto e Regimento Interno do IFPR, pelo Regimento Interno Comum aos *Campi* do IFPR e pelas demais normas específicas institucionais.

3.2. Coordenações

3.2.1. Coordenadoria de Ensino - COENS

A Coordenadoria de Ensino do IFPR - Campus Capanema é o órgão auxiliar da Direção de Ensino, responsável por planejar, coordenar, supervisionar e executar atividades referentes aos cursos médios integrados.

3.2.2. Coordenação de cursos

O IFPR - Campus Capanema organiza-se de modo a apresentar quatro coordenações de curso. A coordenação do curso é o órgão responsável pela parte acadêmica e administrativa do curso, estando vinculada diretamente à Coordenadoria de Ensino. A ela compete o acompanhamento da vida acadêmica do aluno do IFPR, desde a entrada no curso pretendido até o seu término. Também é responsável por responder pelo curso no âmbito do Campus, assim como contribuir para a organização curricular do Campus, conforme preconiza o Manual de Competências do IFPR.

3.3. Seções e setores

3.3.1. Seção de Gestão de Pessoas - SEGEPE

A Seção de Gestão de Pessoas (SEGEPE) atua nos processos que envolvem contratações de novos colaboradores, progressões, avaliações de estágio probatório, redistribuições e remoções e, para além disso, é um canal de diálogo, escuta e orientação aos servidores. E ainda, é nesse espaço que os servidores sugerem melhorias com relação às relações interpessoais dentro do local de trabalho, para que este seja um espaço de trocas de experiências e, conseqüentemente, um ambiente cooperativo e integrador.

3.3.2. Secretaria Acadêmica - SECAC

A Secretaria Acadêmica é um órgão de apoio e está subordinada à Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus. É responsável pelo controle, verificação, registro e arquivamento da documentação referente à vida acadêmica do aluno, desde seu ingresso até a expedição do diploma, controlando os registros acadêmicos com segurança, tendo-os sob a sua guarda. Recebe e encaminha os protocolos referentes a solicitações dos discentes. É responsável também por manter atualizado os sistemas de gestão de atividades acadêmicas da Instituição, bem como responder aos Censos Educacionais da Educação Básica, Educação Profissional e Tecnológica e Educação Superior.

3.3.3. Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis - SEPAAE

A Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis – SEPAAE – está diretamente ligada à Coordenadoria de Ensino e é responsável por auxiliar os docentes e discentes nas ações referentes ao processo de ensino-aprendizagem articulado com a Assistência Estudantil. O acompanhamento dos estudantes é realizado de forma conjunta entre a SEPAAE, coordenações de curso, coordenação de ensino e Direção de Ensino.

3.3.4. Seção de Inovação e Empreendedorismo – SIE

A Seção de Inovação e Empreendedorismo está subordinada à Coordenadoria de Pesquisa e Extensão, estando vinculada à Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação (PROEPI) por meio da Diretoria de Empreendedorismo Inovador (DEMPI).

3.3.5. Seção de Estágios e Relações Comunitárias - SERC

A Seção de Estágios e relações Comunitárias é responsável pela articulação, organização e execução de ações relacionadas à oferta de estágios, promover ações que visem a aproximação da instituição de ensino com a comunidade externa, acompanhar os egressos dos cursos do campus e outras atividades necessárias ao desenvolvimento da prática profissional dos estudantes do Campus.

3.4. Conselhos, comissões e núcleos

3.4.1. Colégio de Dirigentes do Campus – CODIC

O Colégio Dirigente do Campus – CODIC é órgão consultivo, propositivo, avaliativo, mobilizador e normativo de apoio técnico-político à gestão no Campus e rege-se pelas disposições do Estatuto e Regimento Interno do IFPR, pelo Regimento Interno Comum aos

Campus do IFPR e pelas normas específicas contidas na Resolução nº22, de 02 de setembro de 2014.

A função consultiva e propositiva corresponde às competências para assessorar a gestão do Campus, opinando sobre as ações pedagógicas, administrativas, orçamentárias e disciplinares exercidas pelas Unidades Executivas.

3.4.2. Colegiado de Gestão Pedagógica – CGPC

O Colegiado de Gestão Pedagógica do IFPR - Campus Capanema - CGPC é o órgão auxiliar da gestão pedagógica, com atuação regular e planejada, na concepção, execução, controle, acompanhamento e avaliação dos processos pedagógicos da ação educativa, no âmbito de cada Campus, em assessoramento a Direção-Geral e ao CODIC, em concordância com a Resolução nº 08, de 30 de abril de 2014.

3.4.3. Colegiados de cursos

Os colegiados de curso são órgãos consultivos e deliberativos do Campus para assuntos de natureza pedagógica, didática e disciplinar, no âmbito de cada curso, tendo como finalidade o desenvolvimento e fortalecimento dos cursos ofertados. Os colegiados de curso são formados por docentes, discentes e técnicos administrativos. O Campus Capanema conta com quatro Colegiados de Curso: Agroecologia, Cooperativismo, Informática e Matemática.

3.4.4. Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT

O Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT – é órgão de assessoramento com a finalidade de subsidiar e acompanhar a execução da política de empreendedorismo e inovação definida pela Pró-reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação do IFPR. O NIT/Campus é um órgão diretamente subordinado à Coordenadoria de Pesquisa, Extensão e Inovação do campus e vinculado ao NIT/Proeppi.

3.4.5. Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE

O NAPNE é um núcleo consultivo, propositivo e de assessoramento. Ele é vinculado à Coordenadoria Geral de Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – Conapne. Este núcleo realiza o acompanhamento e inclusão dos estudantes com necessidades educacionais específicas, sendo que para que este trabalho seja realizado de forma coletiva, os membros que fazem parte de núcleo organizam atividades no decorrer do ano letivo para socializar a função do núcleo, bem como atender os objetivos dele. Os estudos, encontros, palestras e demais atividades são planejadas pelos membros em parceria com o Colegiado de Gestão Pedagógica.

3.4.6. Núcleo de Arte e Cultura - NAC

O Núcleo de Arte e Cultura – NAC – do Campus Capanema é composto pela docente da área de Arte, além de docentes de outras áreas do conhecimento, técnicos administrativos em educação e estudantes. Tem o objetivo de estimular as ações do Núcleo de Arte e Cultura do Campus visando o desenvolvimento de ações artísticas e culturais no município e região onde o Campus está inserido, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI do IFPR. O NAC contribui para a educação omnilateral dos estudantes, dentro de uma perspectiva de articulação com as demais áreas do conhecimento do Campus.

3.4.7. Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – NEABI

O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – NEABI do IFPR - Campus Capanema é composto por servidores e estudantes do IFPR e tem como finalidade a promoção de estudos e ações sobre a temática das relações étnico-raciais com base nos principais dispositivos legais e orientações ou regulamentações institucionais, procurando articular as ações supramencionadas com os componentes curriculares dos cursos ofertados.

4. FORMAS DE INGRESSO E PROGRAMAS INSTITUCIONAIS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

O IFPR se propõe a pautar e executar suas atividades em estreita parceria com a sociedade, com os movimentos sociais, as entidades e ou instituições públicas ou privadas representativas das classes patronais e dos trabalhadores, garantindo a representação e participação desses segmentos no seu Conselho Superior. Essa articulação com a sociedade e com representantes do mercado de trabalho certamente trará, ao processo educativo e formativo, valiosa contribuição em relação à compreensão dos valores sociais do trabalho e da dignidade da pessoa humana. Isso é essencial ao processo educacional que se munirá de condições de despertar nas pessoas a consciência cidadã voltada para a compreensão da realidade social em que vivem e a importância da participação no processo de transformação desta realidade, para que se possa construir uma sociedade mais livre, igualitária, justa, fraterna, solidária e soberana (PDI, IFPR, p. 17).

Destarte, o processo seletivo do IFPR, independente do curso ofertado, reserva um quantitativo de pelo menos cinquenta por cento das vagas ofertadas, para as cotas de inclusão. Divididas em categorias, as vagas inclusivas por cotas procuram atender estudantes de baixa renda; pretos, pardos ou indígenas; estudantes oriundos de escola pública; estudantes com necessidades especiais.

Como estabelecido no PDI 2019-2023, a política de Assistência Estudantil tem como finalidade ampliar as condições de acesso, permanência e êxito do estudante no IFPR, pautada na Política Nacional da Assistência Estudantil – PNAES, institucionalmente regulamentada pelas Resoluções do IFPR nº011/2009, Resolução nº 053/2011 (Altera pontos da Resolução nº 011/2009). Resolução nº 005/2018 (Define diretrizes, e dá providências para concessão de bolsas a estudantes) e Resolução nº 066/2018 (Institui o Índice de Vulnerabilidade Social no âmbito do IFPR).

A Política de Assistência Estudantil do IFPR é orientada por princípios e diretrizes que se configuram como fundamento para a elaboração e a execução de programas e ações, estabelecendo-se de forma transversal a todos os setores que compõem a Instituição. Dentre seus princípios, destaca-se a preocupação com a criação e implementar condições de viabilizar às pessoas o acesso, a permanência e o êxito formativo nos cursos do IFPR, contribuindo para minimizar a retenção e a evasão, principalmente agravadas por fatores socioeconômicos. Neste

sentido, a Assistência Estudantil deve ser pensada a partir de estudo situacional capaz de identificar as expressões da questão social que permeiam a realidade dos estudantes, as condições de acesso, permanência e êxito escolar dos discentes, articulando-as com as condições e as necessidades pedagógicas, de infraestrutura e de pessoal da instituição.

A principal característica dos programas de assistência estudantil ofertados no IFPR é o repasse financeiro feito diretamente aos estudantes, através da concessão de bolsas e auxílios provenientes da implementação e execução do PNAES. Este, é um programa de abrangência nacional que visa garantir a “igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras” (BRASIL, 2010a).

Pautado nos objetivos do PNAES e do IFPR, os programas de assistência estudantil disponibilizados pelo IFPR apresentam caráter universal e seletivos. Sendo que os programas universais são destinados a todos os estudantes da instituição, independente de avaliação socioeconômica, e, os programas seletivos são restritos aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que comprovem possuir renda familiar per capita de até 1,5 salários mínimos.

De acordo com suas especificidades, o campus Capanema disponibiliza aos seus estudantes os seguintes programas de assistência estudantil: Programa Cultura Corporal; Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social; Programa de Auxílio a Situações Emergenciais; Programa Institucional de Inclusão Digital; Programa de Assistência Complementar ao Estudante; Programa Monitoria e Programa de Apoio à Participação em Eventos Estudantis.

5. PROCESSO DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO NO IFPR – CAMPUS CAPANEMA

No campo educacional consideramos que o planejamento é um processo que será vivenciado pelo educador em relação às intenções que tem para com os alunos-educandos. Por isso, é um processo de análise crítica que o educador faz de suas ações e intenções, onde ele procura ampliar a sua consciência em relação aos problemas do seu cotidiano pedagógico, à origem deles, à conjuntura na qual aparecem e quais as formas para a superação do mesmo.

Nesta direção, recorre-se aos estudos de Cipriano Luckesi, no que diz respeito à necessária articulação entre avaliar e planejar. Uma vez que o planejamento é uma "atividade-meio", que subsidia o ser humano no encaminhamento de suas ações e na obtenção de resultados desejados, e, portanto, orientada por um fim. “O ato de planejar se assenta em opções filosófico-políticas; são elas que estabelecem os fins de uma determinada ação. E esses fins podem ocupar um lugar tanto no nível macro como no nível micro da sociedade. Situe-se onde se situar, ele é um ato axiologicamente comprometido” (LUCKESI, 2002, p. 119). No que tange a avaliação, a mesma:

Atravessa o ato de planejar e de executar; por isso contribui em todo o percurso da ação planejada. A avaliação se faz presente não só na identificação da perspectiva político-social, como também na seleção de meios alternativos e na execução do projeto, tendo em vista a sua construção. Ou seja, a avaliação, como crítica de percurso, é uma ferramenta necessária ao ser humano no processo de construção dos resultados que planejou produzir, assim como o é no redimensionamento da direção da ação. A avaliação é uma ferramenta da qual o ser humano não se livra. Ela faz parte de seu modo de agir e, por isso, é necessário que seja usada da melhor forma possível (LUCKESI, 2002, p. 119).

Portanto, planejar e avaliar são elementos do processo pedagógico que preconizam a articulação, ou seja, “Enquanto o planejamento é o ato pelo qual decidimos o que construir, a avaliação é o ato crítico que nos subsidia na verificação de como estamos construindo o nosso projeto” (LUCKESI, 2002, p. 119).

O trabalho docente pressupõe uma finalidade, um objetivo, o qual pressupõe uma tomada de posição, que no âmbito da PHC está pautado para socialização do saber sistematizado para a classe trabalhadora:

[...] é necessário que todos os envolvidos num projeto estejam com "a mesma camisa",

como se diz. Estar com a mesma camisa não significa ser "vaca de presépio", que bate a cabeça dizendo "sim" a tudo; significa, sim, estar envolvido na construção de um projeto comum e, para isso, contribuir, analisando, observando pontos de estrangulamento, sugerindo, se comprometendo. O diretor, como líder de um processo, deverá trabalhar para coordenar essa dinâmica de construção da crítica. (LUCKESI, 2002, p. 119)

5.1. Avaliação da aprendizagem: ensino superior e ensino médio

Toda e qualquer ação pedagógica necessita de avaliação, pois conforme LUCKESI, 2002 “a avaliação, como crítica de percurso, é uma ferramenta necessária ao ser humano no processo de construção dos resultados que planejou produzir, assim como o é no redimensionamento da direção da ação”. Somente através da avaliação é que poder-se-á pautar estratégias.

A avaliação da aprendizagem no IFPR *campus* Capanema, tanto dos cursos técnicos como superiores, é norteada pela Resolução 50 de 14 de julho de 2017, cuja concepção traz o aluno como sujeito ativo, a relação entre a teoria e prática indissociável do ensino, pesquisa, extensão e inovação e a avaliação como processo contínuo com predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A resolução 50 também garante que sejam utilizados diversos instrumentos avaliativos considerando-se as diversas formas de aprendizagem, bem como a recuperação de estudos obrigatória de forma continuada e paralela. Os resultados são apresentados aos estudantes em forma de conceitos A, B, C ou D, onde A corresponde a aprendizagem plena e D a insuficiente, pois não houve aprendizagem.

5.2. Comissão Própria de Avaliação – CPA

A Comissão Própria de Avaliação – CPA – é composta por membros representantes dos docentes, técnicos administrativos e representantes da comunidade. É composta ainda por membros indicados pelos diversos Campi. A comunidade acadêmica é incentivada a participar do processo de autoavaliação institucional por meio de diferentes formas: participação direta integrando a Comissão Própria de Avaliação, nesse caso como membro indicado, participação em audiências públicas, reuniões das comissões (no caso dos servidores) e também no preenchimento do formulário eletrônico, que foi encaminhado via e-mail a todos os servidores

e no caso dos discentes, foram convidados e encaminhados aos laboratórios de informática, local onde receberam login e senha para responderem ao questionário.

A participação dos alunos nas comissões deve ser estudada, pois ampliaria os canais de comunicação e participação. Também se podem analisar outras formas para incentivar a participação da comunidade no processo de autoavaliação, tais como realizar palestras prévias sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional, com a finalidade de melhorar a comunicação e ampliar a troca de informações sobre as metodologias que devem ser usadas no processo.

Também pode ser estudada a possibilidade de manter a avaliação institucional periódica, com maior frequência, de maneira que o público interno e até mesmo a comunidade onde o Campus está inserido possa medir as ações institucionais com maior eficiência. Isso poderia servir de instrumento para medir a efetividade das ações de extensão executadas na comunidade.

5.3. Avaliação do Projeto Político Pedagógico

A avaliação do documento aqui sistematizado será pautada na concepção teórico-prática de avaliação preconizada no âmbito da Pedagogia Histórico-Crítica, ou seja, é um processo necessário para efetiva qualidade da oferta da educação. No que tange ao documento, a avaliação será conduzida com a finalidade de:

Acompanhar as atividades e avaliá-las levam-nos à reflexão, com base em dados concretos sobre como a escola organiza-se para colocar em ação seu projeto político-pedagógico. A avaliação do projeto político-pedagógico, numa visão crítica, parte da necessidade de se conhecer a realidade escolar, busca explicar e compreender criticamente as causas da existência de problemas, bem como suas relações, suas mudanças e se esforça para propor ações alternativas (criação coletiva). Esse caráter criador é conferido pela autocrítica (VEIGA, 1998, p. 34).

Neste contexto, serão encaminhadas ações coletivas para avaliação do PPP do Campus, a proposta é realizar a cada término de ano letivo, para propor outras ações no ano seguinte. Dentre as possibilidades de avaliação, a aplicação de questionário para os estudos, o uso dos dados da CPA. Uma das formas de devolutiva dos resultados é realizar reuniões periódicas nos Colegiados de Curso e Comunidade Acadêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao partirmos da compreensão do trabalho como princípio educativo, conforme prevê o Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI do IFPR e a formação integral, omnilateral do estudante, entendemos que a escrita do projeto político pedagógico deve seguir especialmente tais prerrogativas.

Nesse sentido, a construção do projeto político pedagógico do IFPR-Campus Capanema baseou-se nos pressupostos do processo de ensino e aprendizagem, os quais ancoram-se no diálogo contínuo, na troca de experiências, na ação processual e formativa, além do diagnóstico periódico, com vistas a uma educação de qualidade, considerando também o atendimento às necessidades do Campus e do público atendido especialmente.

Para que esta educação de qualidade seja efetivada, algumas condições devem estar previstas. Dessa forma, uma delas abarca a presença da coletividade na vida escolar, por meio de reuniões e da participação da comunidade nos grupos de trabalho, bem como das discussões sobre os documentos institucionais, como o PPP, sendo estes pressupostos seguidos pelo Campus Capanema.

A escrita do projeto político pedagógico constituiu-se como meio de reflexão acerca dos processos atuais, considerando para isso a contextualização local e as características de um determinado recorte temporal. Por esta razão, pode ser definido como um documento flexível e dinâmico, orientador das ações e não meramente burocrático, de caráter tão somente teórico, já que devemos considerar ainda para a sua elaboração, a práxis e o caminho percorrido pelos estudantes, conforme prevê SANTOS (2010, p.11):

A constatação de que a realidade escolar é dinâmica e depende de todos dá força e sentido à elaboração do PPP, entendido não apenas como um mero documento exigido pela burocracia e administração escolar, mas como registro de significados a serem outorgados ao processo de ensino e de aprendizagem, que demanda tomada de decisões e acompanhamento de ações consequentes.

Assim, durante a escrita de um documento desta tipologia, foi fundamental considerarmos a participação democrática da comunidade interna e externa ao Campus, bem como o planejamento das ações, necessários à materialidade do PPP.

O projeto pedagógico de curso é um documento que abrange vários componentes, os quais apresentam características diversas e que necessitam estar articulados. O IFPR Campus

Capanema, bem como sua comunidade procuraram fazer esta articulação. Nesse sentido, a comunidade necessita em boa medida tomar conhecimento e apropriar-se do PPP, para que possa em momento oportuno, contribuir com a reflexão acerca do documento.

A construção coletiva deste documento possibilita legitimar e validar o documento, torná-lo “vivo” na escola, não apenas a partir de sua escrita, mas também a partir de sua prática e vivência cotidianas.

Conclui-se que a escrita do PPP do IFPR-Campus Capanema teve respaldo em princípios norteadores apregoados por Veiga (2010), a saber: liberdade, solidariedade, pluralismo de ideias, igualdade de condições para acesso e permanência na escola, qualidade para todos, transparência e participação.

REFERÊNCIAS

DUARTE, Newton. Concepções afirmativas e negativas sobre o ato de ensinar. **Cadernos CEDES**. vol.19, n.44. Campinas, Apr. 1998.

KUENZER, A. Z. **Planejamento e educação no Brasil**. Colaboração de M. Julieta Calazans, Walter Garcia. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais**.

LIBÂNEO, José Carlos. **Conteúdos, formação de competências cognitivas e ensino com pesquisa: unindo ensino e modos de investigação**. São Paulo, USP, 2009. Disponível em: http://www.prrg.usp.br/attachments/article/640/Caderno_11_PAE.pdf. Acesso em 14 de junho de 2017.

LUCKESI, C. C. Planejamento e avaliação na escola: articulação e necessária determinação ideológica. In: _____. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 102-119.

Manual de Competências, IFPR

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. Natal: IFRN, 2015.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Projeto Pedagógico do Curso de Agroecologia**. Capanema, 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Projeto Pedagógico do Curso de Cooperativismo**. Capanema, 2018.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Projeto Pedagógico do Curso de Informática**. Capanema, 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática**. Capanema, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Superior. Resolução n.º 50, de 14 de julho de 2017. Estabelece as normas de avaliação dos processos de ensino aprendizagem no âmbito do IFPR. Disponível em: <<https://reitoria.ifpr.edu.br/resolucao-no-50-de-14-de-julho-de-2017/>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

Resolução nº 08 de 30 de abril de 2014- Regulamenta o Regimento Interno Comum aos Campus do Instituto Federal do Paraná.

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. **Projetos de pesquisa, fundamentos lógicos**: a dialética entre perguntas e respostas. Chapecó: Argos, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 11 ed. Campinas, Autores Associados, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 40 ed. Campinas, Autores Associados, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **A produção do conhecimento na Universidade**: articulando ensino, pesquisa e extensão.

SANTOS, M. T.C.T. O projeto político pedagógico, autonomia e gestão democrática. *In*: ROPOLI, E. A. *et al.* **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. p.11-17.

VEIGA, I. P. A. Projeto político pedagógico da escola de Ensino Médio e suas articulações com as ações da Secretaria de Educação. Universidade de Brasília. Centro Universitário de Brasília. **Anais**: I Seminário Nacional, Currículo Em Movimento – Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, 2010.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. *In*: VEIGA, Ilma Passos da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998.